

É com grande satisfação que apresentamos a obra Ensaaios sobre ESG, corolário do II Simpósio Internacional de ESG, promovido pela ABDEM em parceria com a Universidad de Sevilla. Com Direção Acadêmica de Alexandre Oheb Sion e Álvaro Sánchez Bravo e Coordenação Acadêmica de Lucyléa Gonçalves França, o evento, realizado nos dias 14, 15 e 16 de setembro, contou com mais de 2.600 inscritos, representantes de várias partes do mundo e dezenas de artigos científicos submetidos por pesquisadores do Brasil e da Espanha, sendo considerado um grande sucesso na área.

A presente obra reúne os melhores trabalhos submetidos ao II Simpósio, selecionados por uma comissão de experientes pesquisadores da ABDEM, apresentados e debatidos com grandes nomes do Brasil, Espanha e Portugal.

A publicação contou com artigos de altíssimo nível, apresentando análises teóricas e práticas aprofundadas sobre sustentabilidade e os critérios de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Com isso, a ABDEM reforça seu compromisso com a difusão de conhecimento de qualidade e com a democratização da temática no Brasil.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO COORDENADOR PELA SYNERGIA:

- **ESG: Novas Tendências do Direito Ambiental**
Alexandre Oheb Sion e Lucyléa Gonçalves França, 2021
- **Direito e Meio Ambiente – Tomo II**
Alexandre Oheb Sion, 2021
- **Direito Minerário em Foco – Tomo II**
Alexandre Oheb Sion, 2021
- **Direito da Infraestrutura: desafios e perspectivas**
Alexandre Oheb Sion e Luísa Pires Monteiro de Castro, 2021
- **Comentários ao Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental**
Alexandre Oheb Sion e Daniela Garcia Giacobbo, 2020



ENSAIOS SOBRE ESG

COORDENADOR
Alexandre Oheb Sion

Adilson José Domingos Filho
Alexandre Oheb Sion
Alexandre Zaporoszenko Cavazzani
Alice Santos Veloso Neves
Álvaro Sánchez Bravo
Ana Clara da Cunha Peixoto Reis
André Marchesin
Andrea Elelna Grigore
Anir Gava
Antonio Luis Faya Barrios
Bruna Maria Leal Guarnieri
Bruno Teixeira Peixoto
Camila Nicolai Gomes
Cleiton Lixieski Sell
Daniel dos Santos Gonçalves
Danieli Canuto Silva
Débora Gomes Galvão
Diogo de Almeida Viana dos Santos
Elaine Alves Lacerda Souza
Eliseu Gonçalves
Eva Gamero Ruiz
Fernanda Bonfietti Ribeiro
Francielle dos Santos Souto
Francisco Resende de Albuquerque
Francisco Wagner Santana Filgueiras
Gabrielle de Lima Castro
Ilan Bortoluzzi Nazário
Iraida Angelina Giménez
Jardel Anibal Casanova Daneli
João Emmanuel Cordeiro Lima
Joel Silva dos Santos
José Vicente De Oliveira Kaspreski
Karen Kristensen Medaglia Motta
Kátia Alessandra Pastori Terrin
Laís Locatelli
Lélio Braga Calhau
Lorena Saboya Vieira Soares
Luane Lemos Felício Agostinho
Luciana Machado Teixeira Fabel
Luciana Marinho da Silva
Luciana Vianna Pereira
Luciano Costa Miguel
Lucyléa Gonçalves França
Luis Antonio Monteiro de Brito
Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro
Mallú de Mendonça Barros
Marcelo Kokke
Marciana Ferreira de Santana
Márcio Luís de Oliveira
Maria Daianny de Souza Machado
Nataly Albuquerque dos Santos
Nathalia de Castro e Souza
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira Bandeira
Patrícia Frizzo
Pedro Campay Ferraz
Priscila Elise Alves Vasconcelos
Ricardo Fabel Braga
Romeu Thomé
Rodrigo Jorge Moraes
Rubens Sérgio S. Vaz Júnior
Silvana Colombo Tombini
Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão
Stéfannie Leffler
Thais Gomes de Oliveira

COORDENADOR
Alexandre Oheb Sion

ENSAIOS SOBRE ESG



ENSAIOS
SOBRE
ESG

COORDENADOR
Alexandre Oheb Sion

ENSAIOS SOBRE ESG



Copyright © 2022 Alexandre Oheb Sion – Coordenador
Todos os direitos desta edição reservados à Synergia Editora

Editor Jorge Gama

Editora assistente Isabelle Assumpção

Coordenação Editorial Izadora Gabriele dos Santos Oliveira

Capa Izadora Oliveira e Sanakan Firmino

Diagramação Flávio Meneghesso

Revisão Equipe Synergia

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

E73

Ensaio sobre ESG / coordenação Alexandre Oheb Sion. - 1. ed. -
Rio de Janeiro : Synergia, 2022.
492 p. ; 16 cm x 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-86214-68-0

1. Meio Ambiente - Brasil. 2. Desenvolvimento sustentável - Brasil.
3. *Environmental, Social and Governance* – ESG. 4. Ambiental, Social e
Governança – ASG. I. Sion, Alexandre Oheb. II. Título.

21-72013

CDU 349.6(81)



Livros técnicos, científicos e profissionais

Tel.: (21) 3259-9374 | ☎ (21) 97933-6580
www.synergiaeditora.com.br / comercial@synergiaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO – ABDEM

A Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente (ABDEM) é uma entidade sem fins lucrativos, instituída em 2018, que congrega membros de diversas áreas correlatas ao meio ambiente e energia, englobando advogados, engenheiros, geógrafos, dentre outros profissionais com atuação especializada em meio ambiente. O objetivo da ABDEM é reunir esses profissionais de formação multidisciplinar ligados às áreas do direito de energia e do direito ambiental, para aprofundar e promover o estudo de matérias relacionadas a estas áreas do direito, em bases jurídico-regulatórias, nacional e internacionalmente, como forma de garantir o intercâmbio de ideias, o auxílio mútuo, a harmonização de condutas e a concentração de esforços para oferecimento de cursos, seminários, palestras, publicações, entre outras atividades.

Os pilares e pontos norteadores da atuação da ABDEM são:

Disseminação do Conhecimento: consistente na ministração de cursos, realização de eventos, *workshops*, campanhas, congressos, seminários e conferências na área do direito da energia e do meio ambiente.

Responsabilidade Social: consistente na participação de Audiências e Consultas Públicas, bem como de Grupos de Trabalho, cujos temas centrais tenham relevância para a Associação, para os respectivos associados e para a sociedade.

Cooperação Internacional: consistente na promoção e realização de formação interdisciplinar de lideranças do setor energético com especial interesse na segurança energética e na sustentabilidade ambiental.

A ABDEM tem como presidente o advogado e professor, Alexandre Sion. Sob sua gestão, a ABDEM vem se consolidando e fortalecendo como instituição de excelência, contando com eventos de altíssimo nível e publicações de obras jurídicas que revelam o alto gabarito do corpo interdisciplinar de membros da ABDEM, gerando frutos para as comunidades acadêmica e profissional.

É sob essa perspectiva de excelência que lançamos mais uma obra para tratar de temas tão caros à sociedade e ao desenvolvimento nacional. O livro *Ensaio sobre ESG* reflete a competência e o comprometimento de dezenas de autores de diversas partes do país com a difusão de conhecimento de qualidade para a população. Esperamos que o livro *Ensaio sobre ESG* seja fonte de estudos para todos que buscam conhecer as novidades em matéria ambiental, com especial destaque para a aplicação dos critérios ESG.

Canais de comunicação

Site:

<https://www.abdem.org/>

Instagram:

<https://www.instagram.com/abdem.oficial/>

Linkedin:

[Linkedin.com/company/abdemenergiaemeioambiente](https://www.linkedin.com/company/abdemenergiaemeioambiente)

CARTA DA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO ACADÊMICAS DO EVENTO

É com enorme satisfação que trazemos a público a obra *Ensaios sobre ESG*, com a discussão de assuntos diversos dentro da temática ambiental e ESG. Nos últimos anos, o tema vem sendo debatido com mais atenção pela sociedade e muitas descobertas e inovações científicas foram anunciadas. Também novas questões sobre antigos temas foram trazidos à luz e ganharam uma discussão atenta da sociedade, reclamando novas interpretações.

A obra *Ensaios sobre ESG* reúne os melhores trabalhos submetidos ao II Simpósio Internacional, selecionados por uma comissão de experientes pesquisadores da ABDEM. Os trabalhos de qualidade ímpar, o altíssimo nível das temáticas abordadas, bem como a qualificação dos profissionais e acadêmicos que se propuseram a dispensar-lhes o tempo para o contributo desse material de qualidade revelam que a pesquisa é essencial ao processo científico, educacional e ético, constituindo um ato dinâmico de questionamento, perscrutação e aprofundamento de conhecimentos anteriormente adquiridos.

A pesquisa constitui um diálogo inteligente com a realidade, colaborando para o domínio das ferramentas por meio das quais cada profissional se expressa em seu processo de atuação na sociedade. A pesquisa é um ato de coragem, é transcendência de fronteiras, é criação, é investigação atenta, é rompimento de paradigmas, é transformação de conhecimentos e metodologias. Para os pesquisadores espera-se o aprofundamento do senso crítico e um modo de pensar e pesquisar mais claro. As iniciativas da ABDEM em parceria com a Universidad de Sevilla têm sido fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa na área ambiental na tarefa de transformar a relação ensino/aprendizagem, alterando, de forma positiva e articulada, a prática ambiental e a relação dos profissionais e estudiosos da área diante do conhecimento.

Cumprimentamos a todos os pesquisadores que tiveram seus trabalhos selecionados, os participantes que abrilhantaram os dias de evento e os coordenadores dos Grupos de Trabalho que dedicaram parte importante de suas atividades para orientar e incentivar esses promissores pesquisadores.

Alexandre Oheb Sion
Álvaro Sánchez Bravo
Lucyléa Gonçalves França

*Direção e Coordenação Acadêmicas do
II Simpósio Internacional de Direito Ambiental*

APRESENTAÇÃO

Diante do sucesso do I Simpósio, a ABDEM, em parceria com a Universidad de Sevilla, promoveu o II Simpósio Internacional de ESG, evento de altíssimo nível, para tratar de temas tão pertinentes quanto a sustentabilidade, o meio ambiente em todas as suas dimensões e os critérios de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Com Direção Acadêmica de Alexandre Oheb Sion e Álvaro Sánchez Bravo e Coordenação Acadêmica de Lucyléa Gonçalves França, o evento, realizado nos dias 14, 15 e 16 de setembro, contou com mais de 2.600 inscritos, representantes de várias partes do mundo e dezenas de artigos científicos submetidos por pesquisadores do Brasil e da Espanha.

A iniciativa surgiu do desejo de congregiar grandes nomes das Ciências Ambientais do Brasil e do mundo para proporcionar um profícuo debate sobre a matéria em âmbito acadêmico e profissional.

O termo ESG é atribuído a um relatório de 2004 (*The Global Compact*, 2004) que relatou a convicção de mais de 20 das maiores instituições financeiras do mundo de que a abordagem positiva das questões ESG é importante para a qualidade geral da gestão das empresas. Afirmaram ainda que: “As empresas que têm um melhor desempenho em relação a estas questões podem aumentar o valor para o acionista, por exemplo, gestão adequada dos riscos e antecipação de ações regulamentares ou acesso a novos mercados, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento sustentável das sociedades em que operam. Além disso, estas questões podem ter um forte impacto na reputação e nas marcas, uma parte cada vez mais importante do valor da empresa”.

Os trabalhos versam, com primazia e interdisciplinaridade, sobre diversos assuntos relevantes e de destaque no cenário nacional, os quais englobam a Efetivação da Tutela Ambiental por Meio de Políticas Públicas; ESG nos Contratos de Financiamento à luz do *European Green Deal*; a Gestão de Resíduos Sólidos e Economia Circular; o Meio Ambiente e Direito Fundamental à Saúde; a Vulnerabilidade Ambiental e COVID; o *Greenwashing* e o Ativismo ESG; a Tecnologia como meio Sustentável na Agricultura; os Resíduos Sólidos e as Dimensões da Sustentabilidade; a Gestão de Conflitos na Perspectiva do Direito *Smart*; os Aspectos Filosóficos e Jurídicos sobre a Tutela Ambiental; o Desmembramento de Empreendimentos e Repercussões nas Licenças Ambientais; a Ecoeficiência Empresarial; a Agenda 2030 na Pandemia; a Natureza como Pessoa Titular de Direitos e os Direitos Universais para Humanos e outros Animais.

Abordam, ainda, a Paisagem como Chave do Desenvolvimento Sustentável; a Liti-gância Climática e Mudanças Climáticas; o *Compliance* Ambiental e ESG; o Direito das Energias Renováveis no Brasil; o Desenvolvimento Sustentável na Demarcação de Terras

Indígenas; o Direito ao Meio Ambiente na Corte Interamericana de Direitos Humanos; a Responsabilidade Civil por Dano Ambiental; a Sustentabilidade no Direito de Energia; o Direito ao Meio Ambiente e à Saúde; o *Greenwashing* e os Índices de Sustentabilidade; o Pagamento por Serviços Ambientais; a Agropecuária e a Geração de Energia Elétrica; o Fechamento de Mina e a Arrecadação da CFEM; a Responsabilidade Penal Ambiental; a Mediação Ambiental no Brasil; Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

O livro procurou abordar essas e outras questões que se fizeram presentes no debate social, técnico e jurídico.

Acreditamos que o empenho acadêmico empregado pelos autores a respeito de temas áridos e densos, associado à linguagem clara e precisa, faça da presente obra coletiva uma ferramenta de consulta para aqueles que anseiam conhecer sobre o fenômeno ESG e para os interessados em entender os desafios e os tratamentos técnicos e jurídicos que envolvem a temática.

Assim, o livro *Ensaio sobre ESG* objetiva ser uma referência para o estudo do Meio Ambiente e sustentabilidade no Brasil e contribuir para o avanço e para a disseminação da temática no país.

Alexandre Oheb Sion

Coordenador

AUTORES

Adilson José Domingos Filho

Graduando em Direito, Faculdade Ajes, Mato Grosso, Brasil.

Alexandre Oheb Sion

Presidente da ABDEM – Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente. Pós-doutorando em Direito pela *Universidad de Salamanca*, na Espanha (certificado de conclusão pendente da defesa prévia do doutorado). Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal (créditos concluídos). Mestre em Direito Internacional Comercial (LL.M) pela Universidade da Califórnia, Estados Unidos. Especialista em Direito Constitucional. Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil (FGV). Advogado com formação em Direito e Administração de Empresas. Foi o primeiro Vice-Presidente da União Brasileira da Advocacia Ambiental - UBAA. Membro Consultor da Comissão Especial de Direito de Infraestrutura da OAB Nacional. Membro da Comissão de Direito Ambiental do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro do Conselho Diretor do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. Foi Consultor da Comissão Nacional de Direito Ambiental da OAB – Conselho Federal. Presidente da Comissão de Direito de Infraestrutura da OAB/MG. Membro da Comissão de Direito de Energia da OAB/MG. É ou foi membro de diversas Comissões da OAB, nas Seccionais de SP, RJ e MG; entre elas da Comissão Permanente de Meio Ambiente da OAB/SP e das Comissões de Direito Ambiental da OAB/MG e da OAB/Santos. Professor convidado da PUC/MG, PUC/RS, IDP/SP, UFG, da Escola da Magistratura do Maranhão - ESMAN, da Escola Judicial do Amapá - ESAJ, do CAD/MG e do CEDIN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776901364728469>.

Alexandre Zaporozzenko Cavazzani

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Taras Shevchenko, Ucrânia. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Ex-Analista Político na Embaixada do Brasil na Ucrânia. Experiência em Ciência Política, com ênfase em Política Internacional. Advogado e Mestrando em Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador CAPES vinculado ao PPGD/UFSC.

Alice Santos Veloso Neves

Advogada, professora, Mestre em Direito e Políticas Públicas (PPGDP/UFG) e membro do Comitê de Direito Internacional da ABDEM.

Álvaro Sánchez Bravo

Doctor en Derecho - Universidad de Sevilla, España, 1996. Profesor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla, España. Secretario del Departamento de Filosofía del Derecho. Profesor de Política Criminal del Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología (1994-2012). Ha desempeñado funciones jurisdiccionales como Juez de Primera Instancia e Instrucción, y Magistrado. Ex Secretario de Universidades e Investigación de la Comisión Ejecutiva de FETE-UGT Sevilla. Presidente de la Asociación Andaluza de Derecho, Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible. Expert European Research Council Executive Agency (ERCEA). European Commission.

Ana Clara da Cunha Peixoto Reis

Pós-Graduada em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Advogada.

André Marchesin

Advogado graduado pela PUC-SP em 2011, especialista em Direito Ambiental e Direito Processual Civil (PUC-SP), e Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais (CETESB). Há 12 anos atua com diversas questões relacionadas ao meio ambiente, sustentabilidade/ESG e mudanças climáticas. É membro efetivo da União Brasileira da Advocacia Ambiental (UBAA), Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente (ABDEM), Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP, Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action (LACLIMA) e Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM).

Andrea Eleina Grigore

Programa de Doctorado, Teoría y Filosofía Del Derecho de la Universidad de Sevilla.

Anir Gava

Doutoranda em Ciência Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), no Estado de Santa Catarina (SC), Brasil. Advogada em Joinville-SC.

Antonio Luis Faya Barrios

Profesor asociado Derecho Administrativo. Universidad de Sevilla. Letrado de la Junta de Andalucía.

Bruna Maria Leal Guarnieri

Estudante de Administração Pública e Gestão Social - Universidade Federal do Cariri.

Bruno Teixeira Peixoto

Mestrando em Direito Ambiental, com área de concentração em Direito Internacional e Sustentabilidade, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Brasil). Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pelo Complexo de Ensino de Santa Catarina (CESUSC). Pesquisador membro do Grupo de Estudos Direito Ambiental Ecologia Política na Sociedade de Risco (GPDA/UFSC) e do programa *Harmony with Nature Knowledge Network* da ONU. Advogado.

Camila Nicolai Gomes

Advogada, professora e Mestre em Direito e Políticas Públicas (PPGDP/UFV).

Cleiton Lixieski Sell

Doutorando em Direito pela Universidad de Burgos (ESP). Endereço: Hospital Del Rey, s/n, CP 09001, Castilla y León, Burgos, Espanha. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (BRA). Bacharel em direito pela Universidade de Cruz Alta (BRA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7324-1724>. Twitter: @lixieski

Daniel dos Santos Gonçalves

Especializando-se em Cidades Inteligentes pela UNINOVE-SP, Especializando-se em Tecnologías y Políticas Públicas G.A pela UA-Espanha, Mestrando em Direito pela ESDC. Especializando-se em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC-MG. Especialista em Av. de Impactos Ambientais e Rec. de Áreas Degradadas pelo Uni-BH. Especialista em Dir. Público pela EBRADI. MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Graduação em Direito pela Uni-BH. Graduação em Engenharia Metalúrgica pela UFOP.

Danieli Canuto Silva

Graduanda em Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados – MS. Identificação ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0662-758X>.

Débora Gomes Galvão

Doutora em Direito Ambiental Internacional pela Universidade Católica de Santos. Mestre pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Participou de dois programas junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e foi Membro de Delegação da Sociedade Civil Brasileira no HLPF, ocorrido na sede da ONU em NY – 2019. Exerce o cargo de Coordenadora Nacional do Projeto ODS – PI. Orcid: 0000-0003-2509-8908.

Diogo de Almeida Viana dos Santos

Possui doutorado PhD em International Cooperation-Governance and Law - Universidade de Nagoya-Japão (2010), mestrado em LL.M. Comparative Law – Universidade de Nagoya-Japão (2007), graduação em Direito Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão (2003). Atualmente é professor de Direito Constitucional, Direito Internacional Público e Direito Econômico - Faculdade Pitágoras e UNESA. É avaliador parecerista das revistas Veredas do Direito (Qualis A1), Revista da Faculdade de Direito da UFPR (Qualis A2), Revista Brasileira de Direito (Qualis A1), FLEKS – Scandinavian Journal of Intercultural Theory and Practice, Revista Brasileira de Estudos Políticos (Qualis A1), Revista Brasileira de Filosofia do Direito (Qualis C), INDEX Law Journals - Conpedi (avaliador nacional e internacional), Revista Opinião Jurídica (Qualis A2), Revista de Direito Econômico e Socioambiental (Qualis A2), A Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (Qualis B2), REI-Resvista Estudos Institucionais (Qualis B1), CONPEDI-Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (conferências), Dom Helder Revista de Direito (Belo Horizonte), Revista Direitos Fundamentais & Democracia (Qualis A1), Revista do Direito (Qualis A3), Revista da Faculdade Mineira de Direito (Qualis A2), Revista Paradigma (Qualis A4), Revista Direitos Humanos e Democracia (Qualis A4), Revista da AGU (Qualis B1), Revista de direito Internacional, Econômico e Tributário (Qualis B1), Revista Mosaico (Goiânia) (Qualis A3), Revista Videre (Qualis A4), e Revista (Re)Pensando o Direito (Qualis B4). Membro do Conselho Editorial da Revista Científica da Faculdade

de Balsas (Qualis B4). Foi Diretor do curso de Direito Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência nas áreas de Direito Internacional Público e Ciência Política, com ênfase em Comportamento Legislativo, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Internacional, Teoria Constitucional, Federação, Propriedade Intelectual, e Responsabilidade Internacional.

Elaine Alves Lacerda Souza

Advogada. Mestre em Direito PPGD Universidade Estácio de Sá. Especialista em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Eliseu Gonçalves

Doutorando em Ciência Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), no Estado de Santa Catarina (SC), Brasil. Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná, lotado em Foz do Iguaçu – PR.

Eva Gamero Ruiz

Inspetor de ordenamento do território e ordenamento urbano da Junta de Andalucía. Graduado em Direito e Antropologia. Atualmente cursa o Doutorado em *Direito da Paisagem* no Departamento de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha. Espanha.

Fernanda Bonfietti Ribeiro

Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo e membra da Oficina de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Francielle dos Santos Souto

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Francisco Resende de Albuquerque

Especialista em Direito Ambiental, estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPB), Professor Adjunto da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

Francisco Wagner Santana Filgueiras

Estudante de Administração Pública e Gestão Social – Universidade Federal do Cariri.

Gabrielle de Lima Castro

Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, no Estado do Paraná, Brasil.

Ilan Bortoluzzi Nazário

Doutorando em Ciência Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), no Estado de Santa Catarina (SC), Brasil. Advogado em Chapecó-SC.

Iraida Angelina Giménez

Candidata a Doctora en Derecho por la Universidad de Sevilla (España) en el Departamento de Filosofía del Derecho bajo la dirección y tutoría del Prof. Dr. Álvaro Sánchez Bravo.

Jardel Anibal Casanova Daneli

Graduado em Direito pela Faculdade Meridional (IMED). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade do Minho. Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Advogado. Professor e Coordenador de Curso de Direito. Residente e domiciliado em Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Brasil.

João Emmanuel Cordeiro Lima

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006) e Mestrado em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016). É doutorando em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017-2019). Tem experiência na área de Direito Privado, com ênfase em Direito Empresarial. Atualmente atua em questões relacionadas a Direito Ambiental, Administrativo, Minerário e Energia. Atua também em questões relacionadas à regulação de atividades de pesquisa e desenvolvimento com material biológico, em especial acesso a recursos genéticos da biodiversidade e elaboração de organismos geneticamente modificados. Colabora como revisor de periódicos e como autor de artigos e capítulos de livros em suas áreas de atuação.

Joel Silva dos Santos

Doutor em Gestão de Recursos Naturais, Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

José Vicente De Oliveira Kaspreski

Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo, membro da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama e da Oficina de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Karen Kristensen Medaglia Motta

Graduanda em Direito pela Universidade São Judas Tadeu. Membro da Oficina de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; membro colaboradora da Comissão Permanente de Meio Ambiente e da comissão de Direito de Energia da OAB/SP; membro do Observatório Latino-Americano sobre Mobilidade Humana, Mudança Climática e Desastres e membro da Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente (ABDEM).

Kátia Alessandra Pastori Terrin

Doutoranda em Direito pelo PUCPR, Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina, Especialista em Direito pela UEL, Docente de Direito Constitucional e Direito Administrativo na PUCPR – Campus Londrina e na Escola da Magistratura do Paraná. ORCID: 0000-0002-2041-6519.

Laís Locatelli

Advogada. Pós-doutora e Doutora em Direitos Humanos, USAL/Espanha. Pós-doutora em Direitos Sociais, USAL/Espanha. Mestre em Ciências Jurídico-políticas (UAL/Portugal). Especialista em Direito Público e Privado (URI/ Brasil).

Lélio Braga Calhau

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Professor de Criminologia da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais. Doutorando em Direito na Escola Superior Dom Helder (MG). Mestre em Direito nas Relações Econômicas e Sociais pela Faculdade Milton Campos (MG). Especialista em Direito Penal pela Universidade de Salamanca (Espanha). Graduado em Psicologia pela UNIVALE. Membro da American Society of Criminology, Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA) e Instituto O Direito Por Um Planeta Verde.

Lorena Saboya Vieira Soares

Advogada. Possui graduação em Direito pela Universidade Ceuma (2003), mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão (2009) e Especialização em Direito Ambiental pela Universidade Cândido Mendes (2005). Atualmente é professora titular da Graduação de Pós-Graduação da Universidade Ceuma, membro comissão de ética animal da Universidade Ceuma, vice-presidente da comissão de defesa do meio ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional MA, Conselheira fiscal da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e Conselheira representando a OAB/MA no Conselho Municipal das Cidades. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área do Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: direito ambiental, direito administrativo, sustentabilidade, sustentabilidade das praias e exame de ordem.

Luane Lemos Felício Agostinho

Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (2016-atual). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (2010). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2002). Professora Universitária. Advogada. Pesquisadora. Tem experiência em Direito Ambiental, com ênfase em Populações Tradicionais. Ministra aulas de Direito Ambiental, Agrário, Processo Civil, Ética, Direitos Reais e disciplinas afins.

Luciana Machado Teixeira Fabel

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara. Mestre em Administração Pública e Especialista em Direito Público, Governança, Riscos e Compliance. Advogada. Professora. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0066168370629118>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5748-9757>.

Luciana Marinho da Silva

Procuradora Federal, membro da Advocacia Geral da União/AGU, com Mestrado em Direito pelo PPGD-Estácio (2021), especialização em Advocacia Pública pela UERJ (2011), especialização em Direito Público pela UNESA (2005) e graduação em Direito pela PUC-Rio (1996).

Luciana Vianna Pereira

Advogada, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa, especialista em Direito Ambiental Brasileiro pela PUC-Rio, MBE em Gestão Ambiental, pela COPPE-UFRJ. Atua na área ambiental e societária há mais de 17 anos. É membro efetivo da União Brasileira

da Advocacia Ambiental (UBAA), Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente (ABDEM), Comissão de Meio Ambiente da OAB/RJ.

Luciano Costa Miguel

Doutorando e Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara em Belo Horizonte-MG, Brasil. Procurador da Fazenda Nacional.

Lucyléa Gonçalves França

Doutora em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil). Professora do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (Brasil). Presidente do Comitê de Ensino de Energia da Associação Brasileira de Direito da Energia e do Meio Ambiente (ABDEM).

Luis Antonio Monteiro de Brito

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade pela PUC/SP. Graduado em Direito pela UFPA. Coordenador da especialização em Direito Agroambiental e Professor da Graduação em Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Membro Efetivo do Instituto dos Advogados do Pará (IAP). Diretor Norte da União Brasileira de Advocacia Ambiental (UBAA). Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB/PA. Advogado atuante em Direito Ambiental, Minerário e Agrário.

Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Università Degli Studi di Messina-IT. Doutor e Mestre em Ciências Penais pela UFMG. Professor dos cursos de mestrado e doutorado em Direito Ambiental e desenvolvimento sustentável da Dom Helder Escola de Direito. Promotor de Justiça em Belo Horizonte.

Mallú de Mendonça Barros

Administradora, Doutoranda em Agronegócios, na linha de pesquisa de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – PPGAGRO – UFG; Mestre em Conservação e Preservação do Cerrado (PPGCRENAC-IFGOIANO); Especialista em Gestão Pública (UFG); Especialista em Planejamento Estratégico, Gestão e Implementação EaD (UFF); Especialista em Docência Universitária (FacLIONS). Servidora pública da Prefeitura de Goiânia, lotada na Gerência de Políticas Públicas da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA). Docente universitária. Bolsista FUNARBE/EMBRAPA Arroz e Feijão/ UNIVERSIDADE DE NOTTINGHAM-UK “Avaliação da intensificação sustentável de sistemas agropecuários integrados (ILPF) no Brasil.” Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/5694875693173557>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-6114>.

Marcelo Kokke

Pós-doutor em Direito Público – Ambiental pela Universidade de Santiago de Compostela. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio. Pós-graduado em Processo Constitucional. Pós-graduado em Ecologia e Monitoramento Ambiental. Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara. Procurador Federal da Advocacia-Geral da União.

Marciana Ferreira de Santana

Graduanda em Direito, Faculdade Ajes, Mato Grosso, Brasil. Natacha Souza John, professora orientadora.

Márcio Luís de Oliveira

Doutor e Mestre em Direito (UFMG). Aperfeiçoamento em Direito Internacional Público e Privado pela Academia de Direito Internacional de Haia (ADIH). Direito pela UFMG. Professor da UFMG, ESDHC e Milton Campos. Professor visitante na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Professor colaborador na The Hague University of Applied Sciences. Consultor-Geral da Consultoria Técnico-Legislativa do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7437-0766>.

Maria Daianny de Souza Machado

Estudante de Administração Pública e Gestão Social - Universidade Federal do Cariri.

Nataly Albuquerque dos Santos

Doutora em Química, Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nathalia de Castro e Souza

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira Bandeira

Advogada, Doutoranda, Universidade Nacional de Mar Del Plata. Pós Doutora pelas Universidades de Salamanca e Messina (Itália). ORCID ID 0000-0002-6935-2261.

Patrícia Frizzo

Graduada em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIVEL. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica – PUC PR. Mestre em Direito Processual e Cidadania, da Universidade Paranaense (UNIPAR). Doutoranda em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Advogada. Residente e domiciliada em Cascavel, Estado do Paraná, Brasil.

Pedro Company Ferraz

Possui graduação em Direito e mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Professor de diversas instituições de ensino como PUC, Fundação Getúlio Vargas, FEI, UNA, Milton Campos, UNILAGOS, Universidade Cândido Mendes. Foi coordenador de direito ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador de direito do entretenimento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direito ambiental, patrimônio cultural e direitos fundamentais. Advogado ambiental e membro da União Brasileira da Advocacia Ambiental (UBAA).

Priscila Elise Alves Vasconcelos

Doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - RJ. Identificação ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8747-9920>.

Ricardo Fabel Braga

Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Dom Helder Escola de Direito. Pós-Graduações em Administração Financeira e Desenvolvimento Gerencial, ambas pela Fundação Dom Cabral, Engenheiro Eletricista pela PUC-MG. Experiência de 35 (trinta e cinco) anos exercendo cargos de direção e gestão em empresas de engenharia no segmento industrial de mineração.

Romeu Thomé

Pós-Doutor em Direito Ambiental pela Université Laval, Canadá (com apoio da CAPES). Doutor em Direito pela PUC/MG. Mestre em Direito pela UFMG. Especialista em Direito Ambiental pela Université de Genève, Suíça. Professor permanente do Mestrado e do Doutorado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara. Coordenador do grupo de pesquisa A mineração e o desenvolvimento sustentável nos tribunais, da Escola Superior Dom Helder Câmara. Professor de Direito Ambiental nos cursos de Graduação da Escola Superior Dom Helder Câmara; do Centro Universitário de Sete Lagoas; de Pós-Graduação em Direito Ambiental do Centro de Atualização (CAD) em Direito; da Faculdade Milton Campos; do Centro Universitário UNA/BH; do IEC PUC Minas e da PUC Minas Virtual, além do curso preparatório para carreiras públicas Supremo Concursos. Foi Assessor Jurídico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. Coordenou os cursos de direito ambiental da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG). É autor do Manual de Direito Ambiental publicado pela editora JusPodivm, além de outras obras e artigos científicos.

Rodrigo Jorge Moraes

Doutor e Mestre em Direitos Difusos e Coletivos, concentração em Direito Ambiental pela PUC/SP. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP e em Direito Ambiental pela USP. Foi Coordenador do Curso de Especialização em Direito Ambiental do IDP/SP. Revisor da *Revista Sostenibilidad: Económica, Social y Ambiental* da Universitat d'Alacant. Advogado e Professor de Direito Ambiental no Curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental da PUC/SP/COGEAE. Palestrante e autor de livros e artigos sobre Direito Ambiental.

Rubens Sérgio S. Vaz Júnior

Advogado especialista em Direito Ambiental Corporativo. Mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade Católica de Salvador. Especialista em Processo Civil pela Universidade do Salvador. Especialista em Direito Público do Estado realizado em parceria entre o Instituto de Educação Superior UNYAHNA de Salvador (IESUS) e o Centro de Estudos Jurídicos de Salvador, CEJUS. Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Autor de diversas obras.

Silvana Colombo Tombini

Doutora em Direito pela PUC PR, Mestre em Direito pela UCS, Graduada em Direito (UNIJUÍ). Professora no curso de Direito da URI. Pesquisadora na área ambiental, com projeto de pesquisa financiado pela FAPERGS. Advogada. Consultora jurídica da UNESCO. Autora de artigos nacionais e internacionais na área do Direito Ambiental, bem como resolução consensual dos conflitos.

Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão

Pós-doutora em Direitos Humanos e Sociais pela Universidade de Salamanca/Espanha. Doutora em Direito Público pela PUCMINAS. Mestre em Direito das relações econômico-empresariais pela UNIFRAN-SP. Professora Universitária. Autora de obras jurídicas. <https://orcid.org/0000-0002-3475-0876>.

Stéfannie Leffler

Bacharel em Relações Internacionais pela FECAP (São Paulo, Brasil) e graduanda de Direito pela Faculdade São Judas (São Paulo, Brasil), possui 6 anos de experiência na aplicação de políticas de sustentabilidade para o setor privado, participando ativamente de agendas e grupos de trabalho sobre a proteção dos biomas e compromissos do agronegócio para o meio ambiente.

Thais Gomes de Oliveira

Advogada, Aluna Especial Mestrado em Agronegócio – Universidade Federal de Goiás (UFG). MBA em Gestão Estratégica em Energias Naturais Renováveis – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Ciências Criminais - Universidade Anhanguera Uniderp. Especialista em Direito Ambiental – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Presidente do Conselho Administrativo da Associação dos Prossumidores de Energia Elétrica. Arbitra na Câmara de Arbitragem e Mediação SESP (CAMSESP) CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5953579160502764>.

SUMÁRIO

1 DE LA PERIFERIA A LA CENTRALIDAD. LA CONSTRUCCIÓN DEL ESTADO AMBIENTAL DE DERECHO EN ESPAÑA

Antonio Luis Faya Barrios, 1

GRUPO DE TRABALHO I – PROTEÇÃO DE BIOMAS E ESPÉCIES AMBIENTALMENTE PROTEGIDOS

Alexandre Oheb Sion, 19

GOVERNANÇA AMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

Rodrigo Jorge Moraes, 21

2 O PAPEL DAS CLÁUSULAS DE COMPLIANCE AMBIENTAL E PRÁTICAS ESG NOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO À LUZ DO *EUROPEAN GREEN DEAL*

Alexandre Zaporoszenko Cavazzani e Bruno Teixeira Peixoto, 23

3 INCREMENTO DA SUSTENTABILIDADE COM A AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR E DA MINERAÇÃO DESSES RESÍDUOS

Alice Santos Veloso Neves e Camila Nicolai Gomes, 41

4 *GREENWASHING* E ATIVISMO ESG: DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA

André Marchesin e Luciana Vianna Pereira, 51

5 RESÍDUOS SÓLIDOS E AS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE

Bruna Maria Leal Guarnieri, Francisco Wagner Santana Filgueiras e Maria Daiany de Souza Machado, 63

6 ECOEFICIENCIA EMPRESARIAL: UMA CONEXÃO ENTRE DIREITO AMBIENTAL E ECONOMIA

Danieli Canuto Silva e Priscila Elise Alves Vasconcelos, 77

7 A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DA MUDANÇA DO CLIMA

Fernanda Bonfietti Ribeiro, José Vicente De Oliveira Kaspreski e Karen Kristensen Medaglia Motta, 87

8 OS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NO DIREITO AMBIENTAL COSTARRIQUENHO E NO BRASILEIRO: PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E INCENTIVOS FISCAIS

Luciano Costa Miguel, 103

9 O FECHAMENTO DE MINA: IMPACTOS SOCIAIS PROVENIENTES DO ENCERRAMENTO DA ARRECADAÇÃO DA CFEM

Márcio Luís de Oliveira e Ricardo Fabel Braga, 123

- 10 PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E OS BENEFÍCIOS DE SUA APLICAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL COMO INCENTIVO AO CUMPRIMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL E À SUSTENTABILIDADE

Stéfannie Leffler, 139

GRUPO DE TRABALHO II – LICENCIAMENTO AMBIENTAL, RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE DIGITAL E DO TRABALHO

Lorena Saboya Vieira Soares e Luis Antonio Monteiro de Brito, 153

- 11 ASPECTOS SOBRE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SEU MECANISMO DE GESTÃO DE CONFLITOS NA PERSPECTIVA DO DIREITO *SMART*

Cleiton Lixieski Sell, 157

- 12 HUMANIDADE GRIPADA E A NATUREZA DEGRADADA: ASPECTOS FILOSÓFICOS E JURÍDICOS SOBRE A TUTELA JURÍDICA AMBIENTAL E SUA PERSPECTIVA DIGITAL E DO TRABALHO

Cleiton Lixieski Sell, 173

- 13 O DESMEMBRAMENTO DE EMPREENDIMENTOS E SUAS REPERCUSSÕES NAS LICENÇAS AMBIENTAIS

Daniel dos Santos Gonçalves, 189

- 14 *COMPLIANCE* AMBIENTAL E ESG: UM NOVO OLHAR NO BRASIL

Francielle dos Santos Souto e Nathalia de Castro e Souza, 205

- 15 A RESPONSABILIDADE CIVIL SOBRE O DANO AMBIENTAL NO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Jardel Anibal Casanova Daneli e Patrícia Frizzo, 221

- 16 TIPOLOGIA CRIMINAL: ANÁLISE DA IMPUTABILIDADE PENAL DOS DESASTRES DE MARIANA – MG

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira Bandeira, 231

GRUPO DE TRABALHO III – JUSTIÇA AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

João Emmanuel Cordeiro Lima, 245

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Marcelo Kokke, 247

- 17 O MEIO AMBIENTE COMO UM DOS FATORES CONDICIONANTES AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Ana Clara da Cunha Peixoto Reis, Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão, 249

- 18 VULNERABILIDAD AMBIENTAL Y PANDEMIA COVID19

Andrea Elelna Grigore, 265

- 19 A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO MEIOS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA

Anir Gava, Eliseu Gonçalves e Ilan Bortoluzzi Nazário, 271

- 20 A AGENDA 2030 E OS DESAFIOS AOS GOVERNOS SUBNACIONAIS: CONTEXTO PANDÊMICO

Débora Gomes Galvão, 287

- 21 DIREITOS UNIVERSAIS PARA HUMANOS E OUTROS ANIMAIS

Elaine Alves Lacerda Souza e Luciana Marinho da Silva, 297

- 22 OS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL: ESTUDO DO ACÓRDÃO DA PETIÇÃO Nº 3.388/RR DO STF E SEUS REFLEXOS NA REALIDADE INDÍGENA
Gabrielle de Lima Castro, 313
- 23 RESPIRAR: O AR POLUÍDO FRENTE AO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO E O DIREITO À SAÚDE
Laís Locatelli e Rubens Sérgio S. Vaz Júnior, 329
- 24 A MEDIAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL
Silvana Colombo Tombini, 337

- GRUPO DE TRABALHO IV – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE E ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Débora Gomes Galvão e Romeu Thomé, 351
- 25 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EFETIVAÇÃO DA TUTELA AMBIENTAL POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Adilson José Domingos Filho e Marciana Ferreira de Santana, 355
- 26 DIREITOS FUNDAMENTAIS DA NATUREZA: O RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE PRIMEIRA GERAÇÃO E A SUPERAÇÃO DOS PARADIGMAS INSTRUMENTAIS DA NATUREZA NO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE
Diogo de Almeida Viana dos Santos e Luane Lemos Felício Agostinho, 367
- 27 A PAISAGEM, CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Eva Gamero Ruiz, 379
- 28 DIREITO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E OS BIOCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL
Francisco Resende de Albuquerque, Joel Silva dos Santos e Nataly Albuquerque dos Santos, 393
- 29 EL DERECHO A UN MEDIO AMBIENTE SANO Y LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS
Iraida Angelina Giménez, 409
- 30 A SUSTENTABILIDADE COMO PARÂMETRO AO DIREITO DE ENERGIA
Kátia Alessandra Pastori Terrin, 433
- 31 AS IMPLICAÇÕES DOS PILARES ESG NO MERCADO DE CAPITAIS: O *GREENWASHING* E OS ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE
Lélio Braga Calhau, Luciana Machado Teixeira Fabel e Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro, 447
- 32 AGROPECUÁRIA E A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE DEJETOS ORGÂNICOS. UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DAS PRINCIPAIS RAZÕES DE IMPLANTAÇÃO DESTES SISTEMAS PARA DESENVOLVIMENTO RURAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO
Mallú de Mendonça Barros e Thais Gomes de Oliveira, 457

Introdução ao Grupo de Trabalho I

PROTEÇÃO DE BIOMAS E ESPÉCIES AMBIENTALMENTE PROTEGIDOS

Alexandre Oheb Sion

Derivados do inglês *Environmental, Social and Governance*, os critérios ESG referem-se aos três fatores centrais na métrica da sustentabilidade e do impacto social de investimento em uma empresa e vêm ampliando a sua abrangência e visibilidade, remodelando cada vez mais o mercado financeiro.

Tomando por base pesquisas recentes e análises de mercado, podemos observar que os critérios ESG, muito mais do que uma certificação, revelam que empresas com boas relações com os *stakeholders* e cultura corporativa bem estruturada demonstram desempenho financeiro resiliente e sustentável.

Visando acompanhar as tendências de mercado e se mostrando cada vez mais atualizada e preparada nas discussões das tendências ambientais, a ABDEM, em parceria com a Universidad de Sevilla, promoveu o II Simpósio Internacional de Direito Ambiental para discutir de forma integrada e holística as questões relacionadas ao meio ambiente.

Destarte, foi neste caminhar em que se deu, entre os dias 14, 15 e 16 de setembro de 2021, o II Simpósio Internacional, cujo tema central foi: “Desenvolvimento Sustentável: ESG e Novas Tendências do Direito Ambiental”, que contou com a participação de mais de 2.600 inscritos; com representantes de três continentes; além da presença e participação de grandes nomes do Direito Ambiental nacional e internacional. Houve, ainda, a submissão de dezenas de artigos que contou com uma análise atenta da comissão da ABDEM, dentre os quais mais de 30 foram aprovados e apresentados aos avaliadores e ao público participante em geral.

Os Grupos de Trabalho 1 e 9 foram coordenados pelo Doutor Pedro Campany em conjunto com o Doutor Rodrigo Jorge Moraes, cuja linha temática foi, respectivamente, a “Proteção de Biomas e Espécies Ambientais Protegidas” e “Governança Ambiental, Políticas Públicas e Sustentabilidade”.

Dentre os artigos do GT Proteção de Biomas e Espécies Ambientais Protegidas, 5 deles restaram aprovados para exposição no simpósio internacional e posterior publicação nos anais do evento.

O primeiro artigo, intitulado “O papel das cláusulas de *compliance* ambiental e práticas ESG nos contratos de financiamento à luz do *European green deal*”, foi escrito por

Alexandre Zaporoszenko Cavazzani e Bruno Teixeira Peixoto. Nele os autores abordaram o papel das cláusulas de *compliance* ambiental e práticas ESG nos contratos de financiamento no contexto do *European Green Deal* ou Acordo Verde Europeu para o desenvolvimento sustentável e contenção da emergência climática. Assim, concluíram que as cláusulas de *compliance* ambiental e práticas ESG são instrumentos potencialmente eficazes para a concretização do Acordo Verde Europeu, por exigirem especiais modelos de práticas sustentáveis e cumprimento legal ambiental em financiamentos públicos e privados, visando ao bem comum, ao desenvolvimento sustentável e à contenção da emergência climática.

O segundo texto aprovado, denominado “Incremento da sustentabilidade com a ampliação da gestão dos resíduos sólidos a partir da implementação da economia circular e da mineração desses resíduos”, foi escrito por Alice Santos Veloso Neves e Camila Nicolai Gomes e teve como objetivo planejar a estruturação dos planos de disposição de resíduos sólidos vislumbrando metas arrojadas que envolvam práticas com retorno financeiro sobre a atividade. Nesse sentido, apresentam a temática do manejo de resíduos sólidos, enquanto elemento de saneamento básico, na busca por práticas sustentáveis que implementem a economia circular, além de apresentarem os *déficits* do setor no Brasil e a importância do fomento de melhorias na eficácia e na qualidade desse pilar do saneamento.

O terceiro trabalho aprovado intitulado “*Greenwashing* e Ativismo ESG: dois lados de uma mesma moeda” teve como autores André Marchesin e Luciana Vianna. O artigo objetivou analisar a estreita relação existente entre as práticas de *greenwashing* e o ativismo ESG, a partir do levantamento de casos concretos ocorridos nos Estados Unidos da América (EUA) e do primeiro caso de *socialwashing* noticiado no Brasil.

O quarto trabalho foi elaborado por Bruna Maria Leal Guarnieri, Francisco Wagner Santana Filgueiras e Maria Daiany de Souza Machado e tratou dos “Resíduos sólidos e as dimensões de sustentabilidade no desenvolvimento de Juazeiro do Norte – CE”. O artigo teve por objetivo confrontar a realidade local com as condições ideais multidimensionais do desenvolvimento sustentável, concluindo pela carência de ações mais efetivas na gestão do lixo urbano em todas as dimensões analisadas e pelas diversas oportunidades para implementação de políticas públicas efetivas mais bem planejadas e executadas.

Por fim, o artigo nomeado como “Pagamentos por Serviços Ambientais e os benefícios de sua aplicação em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal como incentivo ao cumprimento do Código Florestal e à sustentabilidade” elaborado por Stéphanie Leffler buscou destacar a importância da aplicação de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RL), concluindo que sua não aplicação poderia fomentar práticas não sustentáveis, como o desmatamento, e impossibilitar o cumprimento do Código Florestal no que diz respeito a essas áreas.

É com enorme satisfação que inauguramos os trabalhos dos GTs, convidando-os à leitura dos trabalhos que compõem a presente obra.